

Aluguéis, salários e ágio, os problemas *Econômico* *Brasil*

por S. Stefani
de São Paulo

Em meio às discussões entre o Ministério da Educação e a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino acerca da viabilidade do funcionamento das escolas com o reajuste das mensalidades fixado pelo governo federal, os estabelecimentos de médio e pequeno porte — na prática os que mais sofreram os efeitos do Plano Cruzado em seus custos — buscam formas de adequar-se à nova situação. Algumas escolas — como a Galileu Galilei — cortam despesas, desmobilizam ativos e mudam-se para regiões menos nobres.

Os problemas da Galileu Galilei, segundo João da Silva Ribeiro Neto, diretor financeiro do estabelecimento, começaram no dia em que o governo federal, ao detalhar a regulamentação do Plano Cruzado, definiu que as mensalidades da escola deveriam ser pagas após a aplicação de tabela de conversão, uma vez que a fixação de seu valor havia levado em conta a inflação futura.

“O valor das mensalidades das escolas, na realidade, havia sido reajustado de acordo com o índice da inflação passada — ou seja, a ocorrida no semestre anterior”, garante ele. “Assim, a arrecadação das mensalidades passou a ser insuficiente para cobrir nossos custos operacionais.”

Em termos concretos, já em março, segundo Ribeiro Neto, para cada CZ\$ 100,00 que a escola arrecadava com suas mensalidades, tinha CZ\$ 110,00 para pagar. Como saída de emergência, a direção do estabelecimento decidiu recorrer a empréstimos bancários.

No início do segundo semestre, após quatro empréstimos, a dívida da Galileu Galilei — que atua desde a pré-escola até o segundo grau, tem cerca de mil alunos e cobra uma mensalidade que varia de CZ\$ 870,00 a CZ\$ 1.050,00 — somava CZ\$ 2,5 milhões, quase três vezes seu faturamento mensal.

“Passamos, então, a encontrar dificuldades para conseguir um quinto empréstimo e tivemos de pensar na adoção de soluções mais drásticas”, recorda o diretor financeiro da escola. “Mesmo porque, nossa situação, em vez de melhorar, agravava-se a cada dia que passava.”

Entre os fatores que contribuíram para o agravamento da situação figuravam o pagamento de ágio generalizado nos materiais de uso rotineiro na escola — papel, giz, produtos de limpeza, etc. —, um reajuste concedido para os professores como forma de co-

locar fim a uma greve e, ainda, imposição de aumento (de 80 a 100%) por parte dos proprietários de sete dos oito imóveis alugados nos quais a escola funciona.

A Galileu Galilei, na verdade, opera a partir de onze diferentes imóveis, agrupados em quatro blocos contínuos. Desse total, porém, três são próprios — ou, pelo menos, eram. Foi exatamente na venda deles que a direção encontrou a solução para as dificuldades financeiras nas quais havia entrado.

“Como a escola funciona no bairro de Moema, uma região de alta valorização imobiliária, acreditamos que teríamos condições de vender os nossos imóveis e, com o resultado da venda, não apenas quitar nossas dívidas como também conseguir adquirir um terreno num bairro menos nobre e erguer um novo prédio”, relata Ribeiro Neto.

Tudo funcionou, de fato, quase de acordo com o planejado. O quase, no caso, fica por conta da localização: o único terreno conseguido por um preço que permitia a manutenção dos planos situava-se já na periferia da cidade, no outro lado do rio Pinheiros, a 15 quilômetros de distância do local onde ainda funciona a escola.

Lá está sendo construído, agora, o novo prédio, que deverá estar pronto em julho e que já trouxe, como um problema adicional para a direção da escola, a perda de 10% do número de alunos.

Ao mesmo tempo que cuidava da venda dos terrenos e transferência da escola, a direção do Galileu Galilei procurou reduzir seus custos e aumentar suas receitas através de outras fontes. Deixou, por exemplo, de aceitar o pagamento das mensalidades através dos bancos (como forma de evitar os gastos com as taxas que os bancos passaram a cobrar nesses casos) e reduziu ligeiramente o número de professores.

Na ponta da receita, passou a cobrar pelo material didático e pelas aulas de recuperação. Denunciadas por pais de alunos, essas mudanças obrigaram Ribeiro Neto a comparecer a uma delegacia de polícia e ao Procon. “A legislação, contudo, estava do nosso lado, uma vez que nos permitia tais cobranças”, diz ele.

Após todas essas providências, o Galileu Galilei, segundo seu diretor financeiro, tem, hoje, condições de sobreviver com o índice de reajuste autorizado pelo governo federal.